

**REUNIÃO COM COMISSÃO TÉCNICA E CRUESP**

# Mexa-se, o Cruesp continua parado!

A reunião da Comissão Técnica de Acompanhamento do ICMS (formada por representantes do Fórum das Seis e do Cruesp) e a nova rodada de negociações do Fórum das Seis com o Cruesp ocorreram em dia de paralisação na Unicamp e também nos campi da Unesp em Assis, Marília, Botucatu, Ilha Solteira e Bauru.

Durante a reunião com o Cruesp, que começou por volta das 18h00, houve uma manifestação no pátio da Reito-

ria da Unicamp. Mas estas mobilizações ainda não foram suficientes para sensibilizar os reitores.

Na reunião, novamente chamamos a atenção para o crescimento do ICMS, superior ao crescimento do salário, e para o significativo crescimento das despesas não salariais, implicando a redução no comprometimento dos recursos com salários em relação à média dos últimos seis anos.

Mas o Cruesp insistiu em manter o valor de R\$ 24,6 bi-

lhões na fórmula de cálculo de reajuste, como patamar a partir do qual será definido o excesso de arrecadação. Isso, como temos denunciado, equivale a 0% de reajuste!

O Fórum reafirma que esse valor do "ICMS saúde das universidades", de R\$ 24,6 bilhões, é irreal e incompatível com os valores usados no ano passado para a elaboração dos orçamentos de 2001 (de R\$ 22,4 bilhões para USP e Unesp e de R\$ 23,4 bilhões para a Unicamp).

Se incluirmos, nos valo-

res iniciais dos orçamentos, os reajustes de 6% e o 13º salário da Unesp (que não havia sido contabilizado inicialmente) chegaríamos a uma estimativa do ICMS necessário para manter as universidades da ordem de R\$ 23,7 bilhões. Isso permitiria um reajuste da ordem de 4%.

O Cruesp oferece 0% agora. Mas com mobilização poderemos conquistar uma posição salarial em outubro. Mexa-se, ou então o Cruesp continuará parado!

**Deputados derrubam veto e aprovam universidade pública para Baixada Santista**

A Assembléia Legislativa derrubou, no dia 29/8, o veto do governador Mário Covas ao Projeto de Lei 169/95, de autoria da deputada Mariângela Duarte (PT), que autoriza o Estado a criar a Universidade Pública da Baixada Santista.

O veto foi derrubado por 57 a 15 votos dos deputados estaduais.

Somente a bancada do PSDB votou pela manutenção do veto.

## Participe da Assembléia de 13/9, às 17 horas, no Anfiteatro da História

A Assembléia da Adusp de 30/8 decidiu pela realização de nova assembléia no dia 13/9 (quinta-feira), às 17h00, com indicativo de paralisação por uma política salarial. A assembléia também examinou a sucessão na Reitoria e o projeto do Cruesp de expansão de vagas no ensino superior público.

### Sucessão na Reitoria

Foram apresentadas as seguintes propostas indicativas a serem tratadas, num primeiro momento, no âmbito da comissão das entidades (Adusp, Sintusp, DCE, APG) que cuida dos encaminhamentos das deliberações do 4º Congresso:

— Procurar organizar com as demais categorias proces-

so paritário de "escolha, pela comunidade, do próximo reitor";

— Procurar organizar a primeira parte do plebiscito (estrutura de poder, acesso, fundações) no final de setembro;

— Procurar organizar debates entre os candidatos a reitor e o processo de escolha da comunidade para as primeiras semanas de outubro;

### Expansão de Vagas

Foi reafirmada a necessidade de que haja um processo efetivo de expansão do sistema público superior de educação.

A discussão sobre os recursos adicionais para financiá-la caminhou no sentido de se resgatar a proposta

do Fórum das Seis de vincular a expansão ao repasse progressivo de verbas para a previdência e hospitais.

### CR reúne-se dia 11/9

O Conselho de Representantes da Adusp se reúne nesta terça-feira, dia 11/9, às 12 horas, na Adusp. A pauta: campanha salarial, com informes sobre as reuniões com o Cruesp; encaminhamentos referentes ao 4º Congresso, principalmente no que diz respeito à sucessão na Reitoria; a ação direta de inconstitucionalidade contra o regime de experimentação de seis anos; as alterações e as manipulações nos critérios de avaliação e financiamento da Pesquisa; além das discussões preparatórias para a Assembléia da Adusp de 13/9.

# Comissão recebe professora Ada na Adusp

**E**m atenção a solicitação previamente encaminhada, uma comissão da Diretoria da Adusp recebeu, no dia 31/8, a professora Ada Pellegrini Grinover, pró-reitora de Graduação e candidata a reitora, para uma conversa na sede da entidade.

O encontro possibilitou que os representantes da Adusp, professores Ciro Correia, Jair Borin e Francisco Miraglia, esclarecessem que a Adusp, enquanto entidade que deve representar de forma plural os docentes da universidade, não apóia ou apoiará qualquer dos candidatos ao cargo de Reitor.

Por outro lado, a entida-

de tem propostas históricas quanto à estrutura de poder na universidade, como a defesa de eleições diretas paritárias para os cargos administrativos, entre eles o de reitor, além de procurar fazer, através dos seus órgãos de divulgação, a devida difusão de informações e colocar em debate na comunidade esse e outros temas naturalmente em pauta nos momentos de escolha dos gestores da universidade.

A professora Ada expressou seu respeito pela postura da Adusp, e esclareceu que sua visita tinha como objetivo justamente divulgar da forma mais ampla possí-

vel os diferentes temas que na sua visão precisam ser enfrentados pela comunidade e pela Reitoria. Declarou também que entende importante que as entidades representativas de docentes, funcionários e estudantes encontrem formas de aferir o desejo das categorias quanto ao novo reitor, e que se submeterá a um processo nesse sentido caso venha a ser organizado.

Foi uma oportunidade para se tratar de forma franca e abrangente os problemas e desafios a serem superados para que a universidade enfrente mecanismos mais democráticos de gestão e maior abrangência na sua interven-

ção na sociedade.

A Diretoria da Adusp estará à disposição para receber de igual modo a quaisquer outras manifestações desse teor que lhe sejam encaminhadas pelos demais candidatos. Solicitação nesse sentido já foi feita à Adusp pelo professor Gil Marques, que será recebido na sede da entidade, pela mesma comissão, no dia 11/9, às 18h00.

A Adusp está aberta a conversar com todos os candidatos a reitor e espera que todos eles se disponham a participar de um processo de escolha amplo, transparente e democrático, de acordo com o aprovado no 4º Congresso da USP.

## É preciso reagir aos desvios de poder da CERT

**S**e você está cada vez mais assoberbado de trabalho, com inúmeras solicitações acadêmicas e científicas, com mais alunos em sala de aula ou mais horas de aula semanais, e com uma demanda enorme para trabalhos administrativos. Se você anda cansado de preencher tantos papéis e formulários para tentar obter parte dos escassos recursos disponíveis para projetos de pesquisa, e se ressentido de não poder desenvolver projetos que não resultem em publicações no curto prazo. E se você ainda por cima é surpre-

endido, após anos de trabalho na USP, com um parecer da CERT contendo dizeres do tipo:

*Por outro lado, a comissão, tendo examinado o processo, em particular o memorial apresentado pela interessada no concurso em pauta, entende necessário acompanhar mais de perto as atividades que a docente vem desenvolvendo em RDI-DP e, assim sendo, com base no artigo 3º da Resolução nº 3533/89, pede a apresentação de relatório circunstanciado e documentado, das atividades didáticas*

*e de pesquisa desenvolvidas pela docente no regime, devidamente aprovado pelos órgãos próprios da Unidade, até a data de . . . , esperando da docente uma melhoria no perfil de publicações em periódicos indexados, com corpo editorial de reconhecida competência técnico-científica e de ampla circulação em nível nacional e internacional.*

Então, você tem toda razão de sentir-se injuriado.

É hora de reagir a estas arbitrariedades da CERT, que não encontram respaldo na legislação interna, contradi-

zem deliberações do CO, prejudicam a qualidade do trabalho acadêmico, e instituem um clima de terror no cotidiano dos docentes.

Um mecanismo possível consiste de um recurso ao Reitor contra a decisão da CERT.

Outra idéia é que os departamentos e congregações se manifestem contrariamente a estes desmandos, propondo que o Conselho Universitário faça valer suas deliberações exigindo que a CERT deixe de promover a avaliação individual dos docentes.

## Cresce a greve nas federais

**O**s professores das universidades federais de todo o país estão em greve desde o dia 22/8, juntando-se ao movimento dos demais servidores públicos federais e aos técnicos administrativos das universidades — que já se encontram parados desde 25/7.

Em reunião no dia 29/8, Andes-SN, Fasubra, Sinasefe e UNE definiram como pon-

tos prioritários do movimento a recomposição salarial, com reajuste de 75,48%, referentes às perdas do período 1995-2001; luta contra o projeto de emprego público, por concursos pelo Regime Jurídico Único; defesa da Previdência Pública; financiamento/ampliação das vagas; liberdade de organização sindical e estudantil e política científica.

**Informativo Adusp-** Qual é o quadro atual da greve?

**Roberto Leher-** Atualmente, 48 instituições, de um total de 56, estão em greve. Com relação às greves de 1998 e 2000, a deste ano tem um aspecto singular, que é a adesão vigorosa da base do sindicato. Aproximadamente 95% das instituições federais de ensino superior aderiram ao movimento, e temos cerca

de 90% do quadro docente na greve. Em São Paulo, a Federal de São Carlos encontra-se com suas atividades paralisadas, e a Unifesp está em processo de discussão da greve.

**Informativo Adusp-** Que outros pontos destacaria?

**Roberto Leher-** Os estudantes assumiram formalmente a greve, houve reuniões na UNE e a entidade tem participado diretamente.

# Estudantes vencem e Reitor retira a minuta sobre fundações da pauta do CO

O reitor Jacques Marcovitch retirou da pauta da sessão de 4/9 do Conselho Universitário a discussão da minuta que estabelece uma nova regulamentação das relações entre as fundações de direito privado e a USP. Segundo comunicado de Marcovitch, o tema não voltará a entrar na pauta do CO até o final da sua gestão. Caberá a seu sucessor retomar a discussão sobre as fundações.

A decisão foi tomada após ampla mobilização dos estudantes, que formaram um cordão de isolamento nas entradas da Reitoria, impedindo que os conselheiros chegassem à sala do CO. Os estudantes exigiam que a questão das fundações privadas — objeto de crescente polêmica na USP e fora dela — fosse retirada da pauta, em razão dos muitos aspectos que permanecem controversos na minu-

ta proposta.

A Reitoria chegou a tentar transferir a reunião para a Escola Politécnica e, para reprimir a mobilização dos alunos, mantinha nas cercanias do CO um efetivo de mais de quarenta homens, incluindo seguranças de uma empresa terceirizada.

Após momentos tensos, que incluíram agressões dos seguranças a alguns estudantes, uma comissão, formada pelos alunos Luís Cláudio Messa Longo, Pedro Barros e Wagner Romão, e pelos docentes Antonio Marcos Massola, diretor da Escola Politécnica, e Horácio Carlos Panepucci, diretor do Instituto de Física de São Carlos, entrou na Reitoria para uma reunião de negociação com Marcovitch.

A comissão saiu com a garantia do Reitor de que o ponto seria retirado da pauta, o que se confirmou logo em seguida, com a decisão



Manifestação no dia 4/9: professor Massola entra no CO após acordo; na foto menor, os seguranças contratados pela Reitoria

de Marcovitch, que se estende até o final de sua gestão. Os professores Massola e Panepucci se comprome-

teram, também, a organizar um amplo processo de discussão sobre o tema das fundações na USP.

## Adusp participa de debates nas unidades

A controvérsia sobre a atuação das fundações privadas na USP ganhou novos contornos nos últimos dias. O *Jornal da USP* (27/8 a 2/9) trouxe um encarte de oito páginas sobre o assunto, denominado “Especial Fundações”. E a disposição dos estudantes de impedir o Conselho Universitário de levar a voto a nova regulamentação do setor, disposição que resultou na retirada da minuta da pauta da sessão de 4/9, levou o assunto às primeiras páginas e aos editoriais dos principais jornais diários.

Nos dias 30/8 e 31/8, respectivamente, foram realizados debates sobre o tema na Faculdade de Odontologia e na Congregação do Instituto

de Psicologia. O professor Ciro Correia, presidente da Adusp, participou de ambos.

Ciro apresentou dados sobre as fundações e mostrou reprodução da ata da 784ª sessão do CO, de 1989, que registra resolução determinando que as fundações apresentassem ao CO relatórios anuais de todas as suas atividades — deliberação que, como outras relativas às fundações, nunca foi cumprida.

### Prodígio

O *Jornal da USP* conseguiu um prodígio: produziu seu “Especial” sem ouvir nenhuma das entidades representativas: Adusp, Sintusp, DCE, APG. Duas páginas são dedicadas ao elogio das fundações privadas que atuam



Debate na Odonto, organizado pelo Centro Acadêmico

nos campi do interior e na área da saúde pública.

Na p. 13, por exemplo, lê-se que a Fundace, instituição privada sediada na FEA de Ribeirão Preto, “organiza regularmente” campanhas de arrecadação de alimentos des-

tinados a entidades como o Lar dos Velhinhos, e doa material de reforma para o Sanatório São Vicente de Paula. De acordo com o *Jornal da USP*, são 31 as fundações ligadas à USP — 13 das quais na área da saúde.

# Fórum e DCEs analisam expansão de vagas

*Texto considera demagógica e temerária a proposta do Cruesp*

O Fórum das Seis e os DCEs da USP, Unesp e Unicamp prepararam texto de análise da proposta de expansão de vagas no ensino superior público de São Paulo apresentada pelo Cruesp. Publicamos a seguir os principais trechos do documento.

“A proposta do Cruesp para o ensino superior público reconhece a urgência da expansão de vagas no sistema estadual, além de enfatizar a necessidade de ampliação do sistema federal, cuja presença é mínima em São Paulo. Este tema tem sido objeto de preocupação histórica das entidades representadas pelo Fórum das Seis (servidores docentes e técnico-administrativos das três universidades e do Centro Paula Souza) e dos estudantes, representados pelos seus DCEs, tendo sido incluído explicitamente na pauta de reivindicações entregue ao Cruesp em abril último.

De fato, o sistema público precisa ampliar o atendimento à população paulista:

- dentre todos os estados, São Paulo é aquele no qual o sistema público ocupa o menor percentual frente ao sistema particular;
- há uma demanda crescente pelo ensino superior por parte dos concluintes do ensino médio;
- porcentagem de jovens atendidos pelo sistema superior no Brasil é muito inferior à dos demais países, mesmo da América Latina.

Analisando a proposta do Cruesp, reconhecemos nela o mérito de ter trazido o tema ao debate público na Assembléia Legislativa e aprovamos a ampliação no que se refere à expansão das vagas nas três universidades já estabelecidas, de 5% ao ano durante cinco anos, com a demanda por financiamento adicional especificada. Desta forma, após 10 anos as universidades atenderiam aproximadamente 20 mil novas matrículas, número próximo do máximo para um gerenciamento adequado, segundo o Cruesp.

Por outro lado, consideramos a proposta extremamente tímida, quando incorpora nesta ampliação, modesta, o estabelecimento de novos *campi*. Estes *campi* deveriam ter provisões, em particular no caso daqueles de São Vicente (Unesp) e zona leste da cidade de São Paulo (USP), para se nuclearem, a médio prazo, em novas universidades públicas. Além destas regiões, é reconhecida a insuficiência de atendimento, no ensino superior, na área densamente habitada do ABC, e nas regiões sul e oeste do Estado. Evidentemente, o curso de Biologia Marinha, proposto para São Vicente, poderia ser o primeiro a ser implantado, mas está muito aquém das necessidades da Baixada Santista, que requer atendimento público em muitas outras áreas do ensino superior. Da mesma forma, a zona leste da capital precisa ver atendidas outras especialidades, além de ‘Pedagogia e Licenciatura’, possivelmente algumas ligadas à Engenharia.

O Fórum das Seis e os DCEs trazem à Assembléia Legislativa a sua preocupação com a parte da proposta do Cruesp que se refere à possível criação de 47 mil novas vagas em  *cursos seqüenciais e básicos*, de apenas dois anos, os quais, na verdade, deveriam ser melhor caracterizados como cursos “pós-ensino médio” e não como cursos superiores. **Não existe experiência acumulada no Brasil neste tipo de ensino** e os anexos da proposta do Cruesp demonstram a forma incipiente, e diríamos mesmo superficial, da sua caracterização. A Tabela 3, p. 29 do projeto do Cruesp evidencia a natureza demagógica e perversa da proposta. Verifica-se que, do total de novas matrículas projetado para um período de dez anos, apenas uma pequena fração, 15,6% do total, corresponde aos anseios da população.

O que a população exige, de fato, é uma expansão de matrículas em cursos de graduação, os quais conduzem a diplomas

de bacharelado, licenciatura ou outros, associados a profissões definidas. Entretanto, a grande massa de novas matrículas da proposta do Cruesp (70,6%) refere-se aos  *cursos seqüenciais e básicos*, que não formam nem profissionalmente, nem do ponto de vista da cultura geral do cidadão. (...)

Consideramos, portanto, temerário propor uma expansão da ordem do triplo de todas as vagas atualmente disponíveis no sistema superior público (17.500), num único ano, e num sistema com as características dos cursos seqüenciais e básicos. A proporção de um professor para cada 40 alunos (o triplo do que prevalece, mesmo no sistema particular!) não tranquiliza a quem conhece a realidade educacional no Brasil, quanto à prometida qualidade de ensino, muito menos no que se refere à recuperação de distorções devidas a etapas anteriores na formação do aluno.

A proposta do Cruesp, ainda mais, prevê matrículas em cursos de formação de professores do ensino fundamental da rede pública que não têm formação superior. Estes cursos representam um aligeiramento, já que duram 18 meses, em relação aos de graduação e demais licenciaturas, que duram em média 4 anos.

O projeto do Cruesp, portanto, acena com um aumento significativo de matrículas em instituições públicas de ensino superior, mas na verdade propõe a criação de cursos que não formam profissionais, daí ser populista, demagógico e talvez eleitoreiro.

## Alternativas

Para os cursos seqüenciais e básicos é projetado um custo inicial por aluno ano, não incluindo despesas com construção, de R\$ 3.600,00 e de R\$ 3.000,00, nos anos seguintes (ver Tabela 6, p. 34, do projeto do Cruesp).

Na página 30 do projeto, vê-se que o custo médio anual do aluno das universidades públicas paulistas é de 2.900 dólares, cerca de R\$ 7.250,00 à taxa de R\$ 2,50 por dólar. Pelos recursos

previstos para as 94.000 matrículas em cursos seqüenciais, levando-se em conta o custo anual médio por aluno, seria possível **implantar 38.900 novas matrículas nos cursos regulares de graduação**. É por novas matrículas nestes cursos que a população anseia.

O montante estimado para esta ampliação, se aplicado no Estado de São Paulo em educação superior, estaria, ainda assim, abaixo da média de recursos aplicados em nível mundial neste grau de ensino, que é da ordem de 1% do PIB. O PIB paulista corresponde a R\$ 390 bilhões, o que possibilitaria quadruplicar, a médio prazo, o número de matrículas, o que permitiria situar o sistema paulista mais próximo da proporção, existente em outros estados, entre os sistemas público e privado.

Finalmente, a Assembléia Legislativa deve considerar, também, que a manutenção e ampliação de um sistema superior público, gratuito e de qualidade no Estado pode ser a garantia da prevalência do espírito tecnologicamente inovador e da pujança econômica de São Paulo. Foi com essa intenção que essa Assembléia incluiu, em 1989, nas disposições transitórias da Constituição Estadual, a obrigatoriedade da ampliação de vagas no ensino superior público do Estado de São Paulo, com a finalidade de atender às regiões onde houvesse um contingente significativo de alunos egressos do ensino médio. (...)

Lembramos que a própria legislação (Constituição Federal de 1988, e Lei nº 9.394/96, LDB) prevê a necessidade de elaboração de Planos Plurianuais de Educação, que devem contemplar, entre outras, metas para expansão do ensino superior público e gratuito. Entendemos, por outro lado, que a próxima Lei Orçamentária (LO) já deve conter a previsão de recursos, mais do que urgentes, para o início da expansão dos cursos de graduação nas universidades estaduais e no Centro Paula Souza.”